

Cuidado como prática coletiva nas relações raciais e de gênero

Afeto, responsabilidade
política e ação institucional

Práticas de pesquisa-ação

Realização:

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

Apoio:

 **imaginable**
futures

Cuidado como prática coletiva nas relações raciais e de gênero

Afeto, responsabilidade política
e ação institucional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cuidado como prática coletiva nas relações raciais e de gênero [livro eletrônico] : afeto, responsabilidade política e ação institucional / Bergman de Paula Pereira...[et al.]. -- São Paulo : Associação Cidade Escola Aprendiz, 2026.
PDF

Outros autores: Helena Freire Weffort, Giulia Luz Garuzi, Heloísa H. D. Martins Proença.

Bibliografia.

ISBN 978-85-64569-48-5

1. Assédio no ambiente de trabalho
2. Antirracismo 3. Educação 4. Racismo - Aspectos sociais 5. Relações étnico-raciais 6. Relações de gênero 7. Sexismo I. Pereira, Bergman de Paula. II. Weffort, Helena Freire. III. Garuzi, Giulia Luz. IV. Proença, Heloísa H. D. Martins.

26-346702.0

CDD-305.4209

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo : Relações sociais 305.4209

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Ficha Técnica

PUBLICAÇÃO

Autoras

Bergman de Paula Pereira
Helena Freire Weffort

Co-autoras

Giulia Luz Garuzi
Heloísa H. D. Martins Proença

Leitura crítica

Jaqueline Santos
Maria Thereza Marcílio

Edição

Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli

Revisão ortográfica

Paula Craveiro

Diagramação

Vinicius Correa

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Direção Colegiada

Paula Patrone
Raiana Ribeiro
Roberta Tasselli

Diretoria Institucional

Paula Patrone

Diretoria de Programas

Raiana Ribeiro

Diretoria de Comunicação para o Desenvolvimento

Roberta Tasselli

Gerente de Programas

Maíra da Costa

Projeto

Pesquisa-ação: Territórios
Educativos e Educação
Integral em contexto de
crise: caminhos para a
transformação de escolas e
redes brasileiras

Gestão

Helena Freire Weffort

Pesquisadoras e Formadoras

Bergman de Paula Pereira
Giulia Luz Garuzi
Heloísa H. D. Martins Proença

Assessoria

Maria Thereza Marcílio

Apoio

Imaginable Futures

Sumário

1. Apresentação

2. Por uma ética do cuidado

3. Estratégias de afeto e cuidado: o necessário reconhecimento de saberes ancestrais e práticas de resistência

4. Governança do cuidado: estratégias de intervenção, compromissos, responsabilidades e sustentabilidade

4.1. Exercícios de reflexão e problematização a partir de situações de racismo e assédio

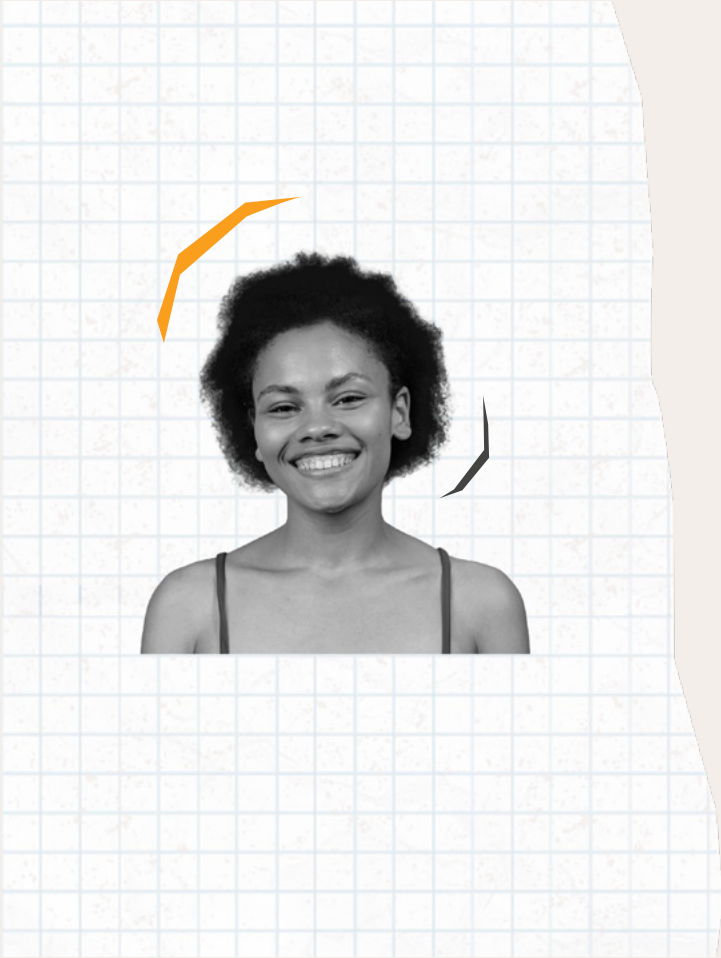
4.2. Intervenção e cuidado: recomendações para processos de acolhimento e encaminhamento de situações racistas e sexistas

5. Considerações finais

6. Referências bibliográficas

Abraçar uma ética amorosa significa utilizar todas as dimensões do amor – “cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento” – em nosso cotidiano. Só podemos fazer isso de modo bem-sucedido ao cultivar a consciência. Estar consciente permite que examinemos nossas ações criticamente para ver o que é necessário para que possamos dar carinho, ser responsáveis, demonstrar respeito e manifestar disposição de aprender. Entender o conhecimento como um elemento essencial do amor é vital, pois somos diariamente bombardeados com mensagens que nos dizem que o amor está relacionado ao mistério, ao que não podemos conhecer.

(bell hooks, 2021, p. 111)



1. Apresentação

Neste texto partilharemos reflexões sobre o cuidado na nossa prática profissional ao longo do projeto da pesquisa-ação “Territórios Educativos e Educação Integral em contexto de crise: caminhos para a transformação de redes e escolas brasileiras”.

Desde o início da pesquisa, o cuidado era um princípio que nos orientava. Formulado como “Cuidado consigo, com o outro e com o ambiente”, este princípio apontava para a conexão de cada pessoa com o seu entorno. Estava pressuposto o olhar para o “todo”, em que cuidar de si não se opusesse ao cuidado com as outras pessoas, com o espaço habitado ou as relações que o produziram; ao contrário, esse movimento, de algum modo, demandava uma atenção mais ampla exatamente para esse ecossistema.

Nosso propósito, neste texto, é problematizar uma dimensão específica dessa visão mais ampla e sistêmica do cuidado: a atenção às relações raciais e de gênero no contexto institucional, especialmente em se tratando de uma organização, como a Cidade Escola Aprendiz, que atua em uma diversidade de territórios ao redor do país.

Entendendo o cuidado como prática coletiva que articula atenção, afeto e determinados processos institucionais, partilharemos reflexões e aprendizagens a partir de experiências do campo e apresentaremos proposições metodológicas com a intenção de contribuir para práticas de cuidado no âmbito institucional.

Nossos referenciais teóricos, apresentados a seguir, nos ajudam a pensar o cuidado a partir da memória, da resistência e do contexto vivido como mobilizadores da reflexão-ação.

Por tudo isso, a escrita deste texto é um convite a pensar o cuidado como um princípio-organizador e uma prática-transformadora, coletiva e historicamente construída, que combina afeto, responsabilidade política e ação institucional para reparar danos e prevenir violências. Um convite à criação de novos espaços de partilha e reflexão coletiva no âmbito das instituições. Que possamos seguir refletindo, trocando e cuidando-nos mutuamente.

2. Por uma ética do cuidado

Ao longo de nossas reflexões na pesquisa-ação, passamos a nos perguntar sobre as práticas do cuidado enquanto tecnologia social capaz de abarcar as dimensões intelectual, física, emocional, cultural e social das pessoas envolvidas. Uma prática produzida por processos interconectados de construção de conhecimentos e valores, expressando-se como um ato afetivo político, ancorado na resistência, na memória e na história de um povo.

[...] “a memória é sempre o resultado de uma ação do sujeito histórico sobre seu próprio passado, uma ação especulativa, haja vista que não existe uma memória que se coloque como uma essencialidade, como uma relação imutável e congelada no tempo. A memória implica sempre uma escolha, uma seleção que se processa a partir de nossas referências individuais e coletivas”¹ [...]. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006, p. 59 .

1 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf.

Sabemos como os cuidados comunitários possuem raízes profundas na história. No percurso da humanidade, eles têm se manifestado como expressão de sobrevivência e manutenção de laços sociais e culturais, transformando-se com o tempo e perdurando em diferentes contextos, sob diversas formas. O cuidado garante a existência dos seres vivos no mundo. Já a sua ausência gera sérios danos à vida e ao desenvolvimento integral.

Enquanto prática multifacetada e comunitária, o cuidado nasce como resposta de resistência e luta por liberdade, melhores condições de vida e direitos em contextos de vulnerabilidade e desigualdade.

Surge, então, a pergunta deste texto: *Como colocamos em prática, institucionalmente, os princípios da Educação Integral Antirracista e do cuidado enquanto prática coletiva?*

Em nossas leituras de bell hooks (2021), Paulo Freire (2016, 1996) e Patricia Hills Collins (2015), duas ideias emergem como centrais: a do cuidado como **força política e ética** e a consideração das **experiências específicas das pessoas que sofrem múltiplas opressões**. hooks detalha a prática do amor como uma ação transformadora, enquanto Freire enfatiza a importância do respeito e da luta contra as opressões. Collins introduz a lente da **interseccionalidade**, garantindo que o cuidado considere as múltiplas dimensões da opressão e valorize as experiências vividas, construindo consciência crítica para reconhecer e desafiar estruturas de opressão. Da mesma forma, para Leonardo Boff (2013, 2014), **cuidado e justiça constituem uma ética universal**, por isso, nenhuma dessas dimensões pode ser dispensada, contraposta uma à outra.

Tais autoras e autores nos levam a pensar no cuidado como ferramenta analítica capaz de produzir respostas e reações a essas desigualdades, em uma abordagem crítica e sensível. E, mais do que isso: o cuidado visto como uma palavra-ação, implicando um compromisso e uma ética com a construção do mundo e a superação das opressões, em uma relação respeitosa e afetiva com o que nos cerca.

Mas, na construção de nossa reflexão sobre o cuidado no âmbito institucional, também foram fundamentais as análises e os estudos das autoras Angela Davis, Lelia Gonzalez e Sueli Carneiro. Comprometidas com a transformação social e o bem estar coletivo, as obras dessas intelectuais partem do engajamento com movimentos sociais, partidos de esquerda e agendas políticas e evidenciam as particularidades da condição da população escravizada e seu papel na resistência contra a escravidão. Elas voltam à história, revisitam esse período de escravização e se encontram quando abordam as trajetórias e condições de vida das mulheres (Davis, 2016; Carneiro, 2019; Gonzalez, 1983; 2020).

Ao apontar para a constante tentativa de colocar as populações negras e indígenas em lugares de subalternidade e precarização, Gonzalez alertou que, **no projeto político das elites brasileiras, o lugar determinado para essas populações são as favelas, as periferias, o subemprego e a desumanização [...]**. “Por que vivem dizendo para a gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e, ao mesmo tempo, se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados”? Em resposta, Lélia Gonzalez evidenciou a necessidade de uma perspectiva de cuidado que coloque a população negra “na zona do ser”, daí o cuidado e o amor serem vistos, por meio de práticas engajadas, como atos políticos capazes de dar respostas, de desafiar e transformar desigualdades e estruturas de dominação e exploração (Gonzalez, 1983, p. 238).

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades (Carneiro, 2019, p. 151).

Assim como Gonzalez, Carneiro tece em sua obra a visão sobre as condições de vida, o lugar e as particularidades de ser mulher da colonização

à República. A violência sexual foi um elemento a mais que as mulheres tiveram que lidar em suas trajetórias, já que as violências sexuais eram normalizadas em todas as ordens e instituições.

Recentemente, um estudo inédito liderado por cientistas da Universidade de São Paulo (USP), cujos resultados foram publicados na revista *Science*,² identificou milhões de variantes genéticas nunca antes encontradas, evidenciando a herança genética contida na violência de nossa formação histórica. O estudo analisou o DNA de brasileiros de diversas regiões e encontrou um padrão genético específico que reflete a história de nossa formação. Uma das conclusões é a prevalência de ancestralidade indígena e africana no DNA mitocondrial (herdado apenas da mãe), enquanto o DNA do cromossomo Y (passado de pai para filho) predominantemente apresenta ancestralidade europeia.

Esse padrão só é possível por conta do caráter violento da colonização. A escravização foi responsável pelo deslocamento forçado de milhões de negros e negras de origem africana, pelo extermínio de povos indígenas originários e pela violência sexual contra mulheres indígenas e negras.

A história da formação da nossa população a gente já conhece — a extinção de populações indígenas, a vinda dos africanos escravizados, a violência imposta a esses dois povos pelos europeus. O que a gente enxerga agora, nesse estudo, são as consequências biológicas dessa história (Pereira apud Escobar, 2025, online).

Conforme reafirmou o estudo, a miscigenação na população brasileira está intrinsecamente relacionada a esse histórico de violência, incluindo a violência sexual. A geneticista Tábita Hünemeier (2025), uma das coorde-

2 NUNES, K.; CASTRO E SILVA, M. A.; RODRIGUES, M. R. *Admixture's impact on Brazilian population evolution and health*. *Science*, Washington, v. 388, n. 6748, p. eadl3564, 15 maio 2025. Disponível em: www.science.org/doi/10.1126/science.adl3564.

nadoras da pesquisa, reforça que havia “muitas camadas de violência” na formação da população, citando mulheres dadas como presente, escravas reprodutoras, casamentos forçados e, explicitamente, violência sexual.

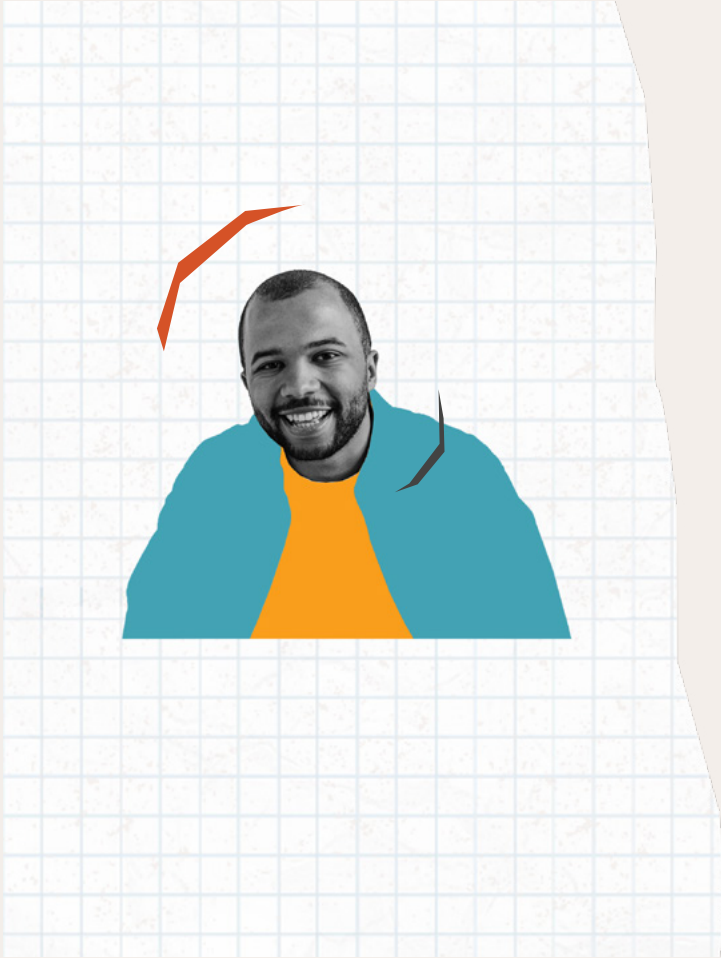
As ideologias nacionais como **democracia racial** e **miscigenação** se reproduziram por meio de discursos e normativas que naturalizariam a escravização e seus efeitos deletérios sobre a sociedade capitalista. Gonzalez reagiu às formulações do pensamento social brasileiro que apresenta o mestiço como ponto positivo de nossa nacionalidade. “Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violência, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc e tal” (Gonzalez, 2020, p. 202).

“Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem” (Freyre, 2000, p. 190).

“O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra” (Freyre, 2000, p. 56).

A importância de uma prática coletiva e institucional de cuidado está na capacidade de fazer frente a situações que, todos os dias, reproduzem concepções racistas. Como as instituições e as equipes estão atentas às práticas e aos efeitos do racismo e do sexismo em suas relações profissionais? É preciso construirmos maneiras de cuidado e ação institucional diante de falas racistas, comportamentos discriminatórios ou casos de assédio que ocorram nos diferentes contextos de atuação das equipes.

Para uma abordagem inicial sobre visão sistêmica do cuidado, apresentaremos a seguir, em [Estratégias de afeto e cuidado: entre saberes ancestrais e práticas de resistências e vivências](#), o cuidado como prática sistêmica social, articulada a trajetórias individuais e comunitárias e redes de apoio, com foco nas estratégias desenvolvidas por mulheres indígenas e negras que integram saberes ancestrais e práticas de atenção e afeto. Na sequência, em [Governança do cuidado: estratégias de intervenção, compromissos, responsabilidades e sustentabilidade](#), abordamos possíveis estratégias de intervenção e sustentabilidade das práticas de cuidado para lidar com situações racistas e sexistas, destacando a importância de um processo permanente de reflexão crítica em relação às vulnerabilidades raciais e de gênero. Concluímos o texto com a apresentação de contribuições para a elaboração de protocolos institucionais para promoção do cuidado como princípio e metodologia de atuação.



3. Estratégias de afeto e cuidado: o necessário reconhecimento de saberes ancestrais e práticas de resistência

Uma prática coletiva e institucional do cuidado precisa ser sensível às necessidades, especialmente das mulheres negras, indígenas e suas populações. Precisa reconhecer que as experiências são moldadas por múltiplas formas de ser e estar no mundo, a partir das composições de raça, gênero, classe e sexualidade.

As práticas de cuidado comunitárias, como dissemos, não foram apenas mecanismos de sobrevivência, mas também formas de resistência. Durante quatro séculos, a escravidão e a colonização impuseram uma divisão social radical, em que parte da população foi desumanizada e tratada como mercadoria. Esse sistema gerou violência e crueldade, o qual normalizou, a partir de leis e normativas coloniais, imperiais e republicanas, uma condição de vida subumana para as populações africanas e indígenas.

Apesar da violência do sistema escravista colonial, as populações indígenas e negras reagiram de diversas maneiras, preservando e adaptando seus costumes, modos de viver, e criando redes de ajuda, acolhimento e cuidado. Essas reações incluíram ritos, interações com a natureza, rezas, uso de chás, arranjos coletivos, associações, bailes, capoeira, terreiros de candomblé e escolas de samba.

A circulação das mulheres negras desempenhou um papel fundamental na disseminação e manutenção dessas práticas de cuidado. Sua movimentação social teve um duplo caráter: 1) busca por sobrevivência; 2) cuidado com aqueles e aquelas ao seu entorno. Elas atuavam como portadoras e transmissoras de saberes ancestrais. Suas práticas cotidianas, como benzimento, eram intrinsecamente ligadas ao cuidado da comunidade.

“O que que aconteceu, minha filha?”. Assim falava D. Joana quando as pessoas a procuravam em busca de benzimento. “Ô, dona Joana, ela pode ter comido alguma coisa. Pode ser o bucho virado, pode ser que esteja assustada, está assim desde que acordou.” Após ouvir os relatos, ela dizia: “Vem cá, minha filha. Vou benzer. Vou benzer com arruda. E depois você vai fazer um banho.”³

Parte das mulheres negras que circulavam desde o período da colonização e escravização eram as benzedeiros. De base ancestral comunitária e coletiva, a prática de D. Joana é um retrato dessa circulação que se estendeu aos dias de hoje. Essas mulheres eram acionadas nas comunidades periféricas para oferecer cuidados em diversas situações do dia a dia.

As formas de cuidado se dinamizam e se conformam de acordo com as condições de cada contexto social, territorial e temporal. Configuram-se como um sistema social complexo e dinâmico, enraizado na história, organizado a partir das relações sociais fundamentais para a manutenção da vida e para o bem viver.

3 Essa é uma memória de infância da pesquisadora e formadora Bergman de Paula Pereira. Muitas vezes, quando pequena, sua mãe e diversas outras mães da comunidade em que moravam recorriam aos benzimentos de D. Joana. “Ela, D. Joana, era uma nega véia bem retinta, de cabelos crespos e curtos, tinha os olhos pretos e uma voz calma, baixa e amorosa”, lembra Bergman.

Bem viver

O bem viver é uma filosofia de vida que nasce principalmente dos povos andinos e amazônicos, mas que pode ser percebida em diversas outras culturas e em diversas formas de organizar a vida e perceber o mundo. Em contraposição ao capitalismo e ao desenvolvimento predatório, o bem viver vem sendo adotado como uma espécie de perspectiva esperançosa para se pensar alternativas aos sistemas de expropriação e exploração do trabalho, das pessoas e da natureza. Recentemente, no Brasil, o movimento de mulheres negras adotou o bem viver como lema da marcha das mulheres negras, realizada pela primeira vez em 2015 e, mais recentemente, em 2025, no Distrito Federal.

SANTANA, Patrícia Maria de Sousa. O bem viver e o ubuntu das crianças quilombolas. In: *Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa*. São Paulo: Vozes, 2023. p. 66.

Além de proverem alimento, muitas das práticas de cuidado foram responsáveis pela compra de alforrias, pelo compartilhamento de recursos que serviam para ajudar, por exemplo, com enterros. Seja na escravização ou no pós-abolição, as redes comunitárias articulavam arranjos coletivos, que se manifestavam nas associações, bailes, capoeiras e terreiros de candomblés, evidenciando o seu lugar estratégico para garantir respostas à violência colonial e na busca por liberdade.

Ora tomando forma de “associações” ou “clubes”, ora mantendo-se vivas por meio de vínculos cotidianos comunitários mais espontâneos, tais práticas de cuidado e suas estratégias de afeto têm o potencial de gerar reconhecimento dessas e outras práticas históricas de cuidado nos diferentes territórios. Por isso, é fundamental que estejam presentes nos currículos de uma Educação Integral Antirracista.

Para avançarmos como sociedade, é imprescindível uma reflexão crítica profunda sobre esses aspectos sócio-históricos. Eles não são relíquias do passado, mas as fundações ativas da desigualdade presente. A herança do colonialismo, da escravatura e do patriarcado opera de forma silenciosa, “naturalizando” o que é, na verdade, uma construção política e violenta. Por isso, uma reflexão crítica serve para desnaturalizar essa lógica, para expor como a desvalorização dos modos de vida das populações negras e indígenas — dentre elas, as práticas de cuidado comunitárias — têm funcionado como um mecanismo de esvaziamento histórico e social do cuidado como resposta às desigualdades.

A construção de formas de cuidados sensíveis, democráticas e equânimes falha quando ignoramos e naturalizamos essas hierarquias e desigualdades. Portanto, educarmo-nos sobre as relações étnico-raciais e de gênero é uma tarefa central para ampliação do olhar sobre a história de nossa formação enquanto povo. Somente por meio dessa Educação radical — que nos leva a valorizar o cuidado, a redistribuí-lo entre gêneros e a socializá-lo por meio de políticas públicas robustas de proteção e garantia de direitos — é que podemos começar a conformar uma sociedade em que a responsabilidade pela manutenção da vida é, de fato, compartilhada por todas as pessoas.

Resultados apurados pela pesquisa *Percepções sobre o Racismo no Brasil*⁴ (2024) apontam o quanto ainda precisamos caminhar nesse sentido. O tema da história e cultura indígena, por exemplo, é um dos considerados menos relevantes por certos grupos, especialmente por homens brancos (33%). Dentre outros temas com a mesma tendência de invisibilização no currículo, a pesquisa destaca:

- **Gênero** — Menos de um terço (33%) consideram esse tema relevante para ser ensinado na escola. Embora tenha alcançado um patamar um pouco mais significativo em termos de relevância percebida (31%) do que história e cultura africana, ele segue como um dos mais invisibilizados.
- **História das contribuições e do protagonismo das mulheres** — Este foi um dos temas menos aprendidos na escola, com apenas 10% das pessoas afirmando ter aprendido sobre ele.
- **Sexualidade** — Este também foi um dos temas menos aprendidos na escola, com apenas 8% das pessoas afirmando ter aprendido sobre ele.



4 *Pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2024. Disponível em: percepcaosobreracismo.org.br ou projetoseta.org.br.

Apesar de as pessoas participantes das pesquisas **reconhecerem a importância** dos temas de gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade serem ensinados nas escolas,

mais de 85% das pessoas entrevistadas não aprenderam sobre essas temáticas.

14% das pessoas aprenderam sobre gênero



10% das pessoas aprenderam sobre história das contribuições e do protagonismo das mulheres



8% das pessoas aprenderam sobre sexualidade



Fonte: Pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil.

Relações de gênero, história das mulheres, sexualidade e temas relacionados à diversidade ainda são os mais invisibilizados no ambiente educacional, segundo a percepção dos entrevistados: mais de 85% das pessoas que responderam à pesquisa não aprenderam nenhum deles. Isso mostra o quanto embates epistemológicos no campo da Educação são necessários, à medida em que podem contribuir para um deslocamento capaz de encaminhar conteúdos, currículos, práticas e ações para a promoção de uma Educação que contemple a diversidade e enfrente a reprodução de padrões discriminatórios.

Do mesmo modo que essa valorização precisa se dar na Educação escolar, as práticas de letramento de profissionais em contexto de trabalho, no âmbito institucional, precisam estimular o mesmo olhar crítico acerca da história que nos constitui.



4. Governança do cuidado: estratégias de intervenção, compromissos, responsabilidades e sustentabilidade

4.1. Exercícios de reflexão e problematização a partir de situações de racismo e assédio

Além de valorizar os saberes e o conhecimento produzido a partir de experiências ancestrais, uma prática coletiva e institucional de cuidado deve promover a reflexão crítica sobre o que se observa no cotidiano de suas equipes, tornando possíveis questionamentos e transformação de posturas, pensamentos e ações que perpetuam formas de dominação, opressão e exploração.

Devemos nos tornar cada vez mais capazes de responder a constrangimentos, ofensas e assédios (moral e sexual). Devemos enfrentar o desconforto e construir novos espaços de reflexão, que permitam reposicionamentos e aprendizagens individuais e coletivas, além de novos encaminhamentos e formas de responsabilização.

Dentre diversas falas, percepções, situações a serem desnaturalizadas, desveladas e problematizadas, trabalhamos com três situações, consideradas neste texto como exercícios reflexivos a partir dos quais apresentaremos recomendações que possam inspirar práticas coletivas e institucionais.

Primeira situação de estudo

Cena

Uma equipe interracial, majoritariamente composta de mulheres brancas, está em reunião de trabalho. Em um momento de conversa informal, uma profissional branca comenta sobre uma pessoa de fora da cena: “Ela se veste como uma faxineira”. Segue-se um silêncio constrangedor.

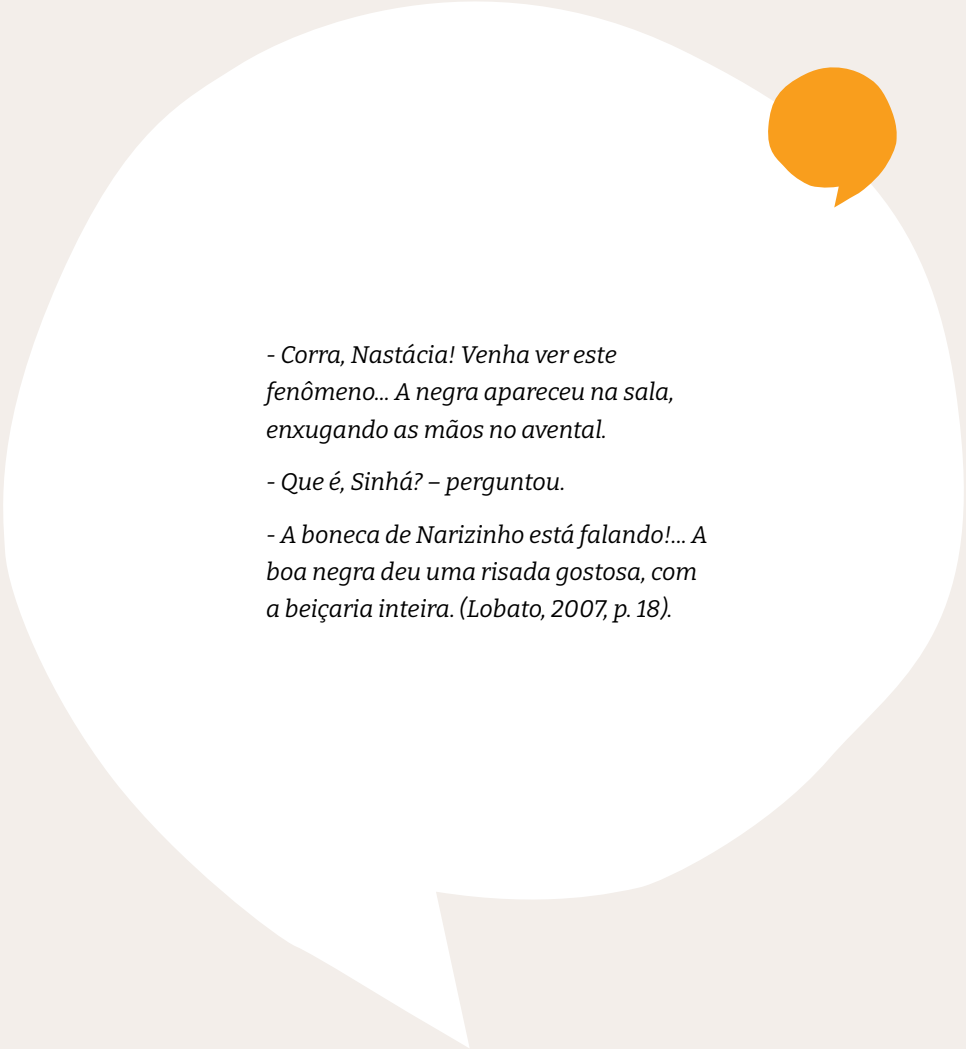
Após o ocorrido, uma profissional negra queixa-se com a coordenação da equipe sobre a experiência. Ambas conversam sobre o incômodo experimentado, sobre os motivos do desconforto compartilhado e também refletem sobre os motivos do silêncio coletivo.

A coordenação chama a profissional branca para uma conversa institucional sobre o ocorrido e expõe o teor racista daquela manifestação, ao mesmo tempo em que problematiza e se posiciona sobre os possíveis motivos do silêncio coletivo. O choque, a surpresa e o desapontamento precisavam ser externados no ato, não silenciados.

Quais são as dimensões históricas, ideológicas e simbólicas ocultas nessa frase? Quais deveriam ser as respostas? O que essa frase desperta nas pessoas? Que tipo de cuidado devemos ter para os diferentes sentidos e significados que uma fala como essa pode suscitar em pessoas brancas, em pessoas negras ou indígenas?

“Vestir-se como uma faxineira” carrega em seu contexto histórico e ideológico um lugar hierarquizado pelas teorias raciais de inferiorização a partir de uma raça. Um exemplo é a forma como Monteiro Lobato,⁵ ao longo de sua obra, retratou negativamente a população negra. Não por acaso, tia Nastácia tem um lugar caricaturado a partir de uma estética de inferiorização e de uma relação de subalternidade.

5 José Bento Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, mas afirmava que tinha nascido em 1884 na cidade de Taubaté. Monteiro Lobato, como era conhecido, foi inventor, escritor, jornalista, romancista, contista, editor e crítico literário (*Enciclopédia*, s.d.). Lobato foi um influente autor brasileiro do século XX. Foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl (1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943).



- Corra, Nastácia! Venha ver este fenômeno... A negra apareceu na sala, enxugando as mãos no avental.

- Que é, Sinhá? – perguntou.

- A boneca de Narizinho está falando!... A boa negra deu uma risada gostosa, com a beijaria inteira. (Lobato, 2007, p. 18).

Notamos no início da citação que tia Nastácia surgiu da cozinha — espaço que pertencerá a esta personagem de forma exclusiva —, obedecendo ao chamado imperativo de Dona Benta, e foi para a sala. Tia Nastácia possui um figurino próprio: o avental, que é sua indumentária básica, que simboliza a sua função de cozinheira e criada da família. Além disso, seu pertencimento étnico é afirmado o tempo todo pelas outras personagens. O vocábulo “preto” é usado com frequência na sua forma adjetiva para caracterizar sua atuação, o que talvez pudesse sugerir uma condição diferenciada das demais pessoas, demonstrando ser estranha à cultura dominante branca.

Monteiro Lobato criou a imagem de tia Nastácia a partir da experiência que teve com sua empregada Anastácia, cozinheira e babá de seus filhos, que em entrevista a Silveira Peixoto foi caracterizada como uma negra alta, magra e de canelas e punhos finos. Em outras entrevistas, fez a seguinte narrativa:

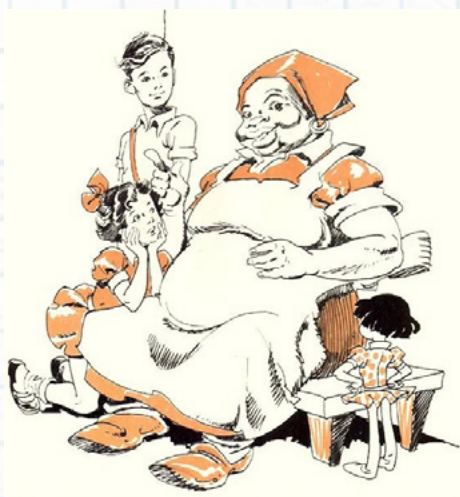
Tive em casa uma Anastácia, ama do meu filho Edgar. Uma preta alta, muito boa, muito resmunguenta, hábil quituteira... Tal qual a Anastácia, ou a tia Nastácia dos livros. (...) O Peralta é o Edgar. Põe-me doido e é escandalosamente protegido pela mãe e a tia Anastácia, a preta que eu trouxe de Areias e o pega desde pequenininho. Excelente preta, com o marido mais preto ainda de nome Esaú (Pinto, 2015, p. 116 apud Entrevista à Gazeta Magazine, 1943).

A Anastácia doméstica, de Monteiro Lobato, poderia a ser uma manequim (alta, magra, punhos e canelas finos), porém, tia Nastácia foi propositalmente transformada e publicamente retratada pelo autor como uma mulher preta gorda, de pele escura, de beiços grandes, com sua imagem sempre composta de um avental e um lenço na cabeça. Nos livros que constituem a série do Sítio do Pica Pau Amarelo, tia Nastácia é a “negra de estimação”, a cozinheira de deliciosos quitutes, que conta histórias folclóricas de sabedoria popular para ele; ela era a boba, medrosa, ignorante. Lobato (2002) ilustrou tia Nastácia como símbolo de sua

ideia de povo, “o povo... Que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler sabem e que outra coisa não fazem senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulteradas ainda”. Tia Nastácia é a primeira personagem que aparece na obra como pertencente à camada da população mais pobre do sítio, uma vez que, descendente de pessoas escravizadas, permaneceu na casa de Dona Benta para prestar seus serviços braçais em troca de meios de subsistência. Já a imagem de Dona Benta foi composta como sendo uma mulher branca, gorda e culta. Sua imagem foi amplamente utilizada como referência de uma mulher sábia e bondosa, sendo propagandeada, por exemplo, pela indústria alimentícia.

O pensamento conservador social brasileiro, do qual Lobato é representante, é responsável por imprimir em sua leitura e interpretação do Brasil uma imagem inferiorizada e estereotipada da população negra e indígena, que é tomada como verdade e reproduzida acriticamente. Ele “tem longa tradição no estudo da problemática racial e, no entanto, em quase toda a sua história, as perspectivas teóricas que o recortaram respondem, em grande parte, pela postergação do reconhecimento da persistência de práticas discriminatórias em nossa sociedade” (Carneiro, 2011, p. 15).

A comparação presente na frase “ela se veste como uma faxineira” remete a como as trabalhadoras domésticas são vistas e atesta o quanto determinadas influências e referências teóricas se fazem presentes em narrativas cotidianas, que reproduzem uma relação inferiorizada às trabalhadoras domésticas (diaristas, faxineiras, babás e cozinheiras), tidas como profissionais de segunda categoria, tal qual a imagem construída por Lobato (2002, 2007) com relação à tia Nastácia.



Fonte: ilustração retirada do livro Histórias de tia Nastácia, de Monteiro Lobato.

Nesta perspectiva, **chamamos atenção para a importância da história, da memória e de como os lugares foram e são construídos socialmente para os povos que compõem a formação do Brasil.** Em uma sociedade estruturalmente diversa e desigual como a brasileira, **um dos atos mais fundamentais de cuidado se instala no campo da representação. O cuidado primordial, nesse contexto, é de zelar pela dignidade da imagem do outro, recusando-se a perpetuar estereótipos e aprisionar grupos em representações depreciativas.** Em um país onde a escravização e o colonialismo usaram a desumanização como ferramenta de controle, reduziu pessoas negras à servidão ou à hipersexualização; povos indígenas à preguiça; ou mulheres a papéis submissos, não é uma falha de percepção, mas um ato ativo de não-cuidado. Essa violência simbólica é o que justifica a desigualdade material; ela é o álibi que permite à sociedade continuar negando direitos, explorando corpos e distribuindo de forma desigual o próprio fardo do cui-

dado. Portanto, qualquer projeto de cuidado coletivo e equânime no Brasil deve, obrigatoriamente, começar pelo combate rigoroso a essas estruturas de representação, garantindo a todos os grupos o direito de existir em sua plena complexidade e humanidade, livres das grades do preconceito.

Não podemos deixar de levar em consideração, por exemplo, o pensamento lobatiano e sua relação com os princípios da eugenia. Quando, da leitura de seus textos literários, essa relação, deveria ser identificada, analisada e refletida? Em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, escreveu Lucilene Reginaldo:

Como historiadora, vejo aí uma fonte preciosa para os estudiosos e para reflexão crítica sobre o Brasil. Com outras preocupações e recursos analíticos, em razão do seu valor literário — que aliás, aqui não se discute, também é fonte para os estudiosos da literatura e de outras áreas. No ambiente escolar, especialmente para jovens e adolescentes, acompanhado de boas edições críticas, pode ser lido. Mas nas mãos do público infantil, no qual a literatura é sobretudo expressão do lúdico, mas que ao mesmo tempo introjeta valores, creio que não se pode ignorar o debate que vem sendo feito desde 2010, pelo menos. Ouvi muita gente dizendo que leu Lobato na infância e não se tornou racista. Mas acho que, por meio de processos indiretos sem ódio, sem truculência, podem ter aprendido a naturalizar as hierarquias raciais, se colocarem como personagens centrais e protagonistas da história, tornando-se, por conseguinte, insensíveis às dores e humilhações alheias. Defender ardorosamente a aura de Lobato é um lugar de privilégio!

Corroborando com a visão de Reginaldo (2019), destacamos o quão importante é reposicionar o olhar, considerando as trajetórias de resistências e a contribuição para formação de nossa sociedade a partir das mulheres negras, especialmente as trabalhadoras domésticas. Incorporar esses reposicionamentos à prática profissional tem como potência rever analiticamente os cânones de uma literatura hierarquizada, os responsáveis pela escrita de uma história oficial composta de uma narrativa unilateral e eurocêntrica.

Cena

Em uma roda de conversa no território conduzida por uma equipe interracional, uma profissional negra é elogiada de maneira que sua estética (vestimenta de influência africana) é destacada como “exótica” e “diferente”.

A pessoa que a elogia comenta que seria importante que outros pudessem aprender com ela e, sobretudo, vê-la, sendo indicada como exemplo.

Neste caso, nossa hipótese é de que o elogio veio como expressão de um pensamento que propagou a ideia da beleza negra como exótica,⁶ aquela que deve ser mostrada como um exemplo de beleza incomum ou diferente. Essa visão da beleza negra (que inclui a conotação de exótica ou diferente) é propagada e se manifesta a partir de uma estrutura de pensamento epistêmico e estético eurocêntrico acerca do que deve ser belo. Por exemplo, quando uma pessoa negra é elogiada, em um espaço público, por estar com uma vestimenta de estética africana e, sobre ela, fala-se que precisaria ser indicada como exemplo, demonstra-se que a beleza negra é vista como exótica, evidenciando as dicotomias de olhares sobre as mulheres negras — que é ora vista como bela (exótica), ora como feia e inadequada.

6 O termo “exótico” é definido no dicionário como algo excêntrico ou extravagante.

O que nos conecta à figura histórica de Sara Baartman,⁷ que foi vendida como uma “mercadoria exótica” e exibida, colocada à mostra, na Inglaterra em 1810, porque seu corpo gerava grande curiosidade, sendo considerado distinto entre as mulheres negras do local. Essa construção histórica é arraigada e reproduzida por discursos sociais, pela mídia e pelas relações interpessoais, e está intrinsecamente ligada a modelos e padrões estereotipados, gerando uma visão da estética negra pouco abrangente. Por isso, Gomes nos diz:

A beleza negra pode ser entendida como uma categoria estética e construção social, como uma maneira de nos relacionarmos com o mundo. [...] As formas de codificar o belo e o feio são particularidades culturais que sofrem alterações, às vezes drásticas, outras, não, no decorrer do processo histórico e político. [...] poder-se-ia dizer que a construção cultural da beleza apresenta como principal característica o fato de ser inclusiva. De fato, ela pode servir de critério para aproximação e afirmação de um “nós” em relação a “outro”. Porém, quando a ideia de beleza é construída por um grupo, num contexto de dominação ou de diferenciação cultural, ela pode servir não só de marca distintiva, como também discriminatória (Gomes, 2017, p. 109).

Ao escrever sobre a beleza negra, Gomes (2017) situa que nas sociedades coloniais há uma construção histórica e política da beleza negra, a partir de um olhar padronizado por um único pensamento. Partindo de seu olhar, entendemos que problematizar essa perspectiva de um “Nós” em relação a um “Outro” pode ser uma interessante referência para o diálogo na equipe de formação sobre algumas questões.

7 “Mulher pertencente ao povo Khoisan da África do Sul, vista e analisada na França do século XIX, foi estigmatizada pelas teorias do naturalismo, enquadrando-a no grupo de seres incivilizados, exóticos, fora dos padrões estéticos representativos da imagem do corpo sob padrões ocidentais, revelando um interesse por um corpo hierarquicamente inferiorizado, mas que, justamente pela sua classificação de exotismo, atraiu o interesse dos médicos naturalistas”, segundo Ferreira e Hamlin (2010), um dos principais objetos de interesse anatômico em relação à Baartman era sua esteatopigia e sua genitália. (Damázio, 2015, p. 6). Disponível em: [snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438629873_ARQUIVO_artigoiconografiatexto3.pdf](https://anais.anpuh.org/resources/anais/39/1438629873_ARQUIVO_artigoiconografiatexto3.pdf)

A partir daí, surgem algumas perguntas que também poderiam ser objeto de reflexão: como as profissionais envolvidas escutaram essa manifestação racista? Quais são as possíveis respostas a situações como essa? O que poderia ser devolvido no ato? Por outro lado, que reflexões ou respostas poderiam ser construídas ao longo do processo de trabalho com o grupo? Como as respostas poderiam diferir para as profissionais negras e brancas? Em situações como essas cabe às profissionais negras ou brancas dar algum tipo de resposta, sejam respostas no ato, sejam respostas construídas ao longo do processo de trabalho?

Como o movimento metodológico vivido a partir da pesquisa-ação, reconhecemos como **é fundamental o estudo reflexivo permanente e partilhado, de modo que estejamos atentas às diferentes reações e às construções de respostas a manifestações de racismo e sexismo vivenciadas em campo ou, internamente, em nossas atuações profissionais**. Algumas pessoas respondem em silêncio, outras externando seus posicionamentos falando, outras choram e outras não respondem. O silêncio, aliás, pode ser algo que se processa como método entre a fala e a escuta.⁸ Afinal, as diferentes reações nascem das formas singulares de ver, sentir e se posicionar no mundo diante do racismo e das violências de gênero, às quais a população negra, indígena e as mulheres (cis e trans) lidam cotidianamente.

Seja de uma forma ou de outra, **as respostas mais adequadas para as diferentes situações — ou as respostas possíveis — só poderão ser construídas a partir de um contexto de confiança e trabalho partilhado**: estudo permanente (das relações raciais e de gênero), disponibilidade, abertura e escuta.

8 Nesse sentido, segundo Freire (1996), a “disciplina do silêncio a ser assumido com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é “sine qua” da comunicação dialógica” (p. 116).

Essa parceria se desenha a partir das relações interpessoais, que são sempre singulares na medida em que cada pessoa tem maior ou menor propensão para escuta, sente-se mais ou menos insegura etc., mas certamente também depende da construção de aberturas e processos institucionais capazes de acolher a reflexão sobre as situações de racismo e sexismo e o desenho de encaminhamentos.

Terceira situação de estudo

Cena

Durante uma visita de trabalho em um território, no momento de registro fotográfico, uma formadora negra é abraçada por trás e tem sua cintura apertada de forma inesperada e não autorizada por um representante da Secretaria de Educação. Ao perceber o toque, a formadora reage involuntariamente, em um gesto de constrangimento que fica registrado na foto, que captura a sua reação de incômodo.

Ainda no território, a profissional observa que não dispunha de nenhum dispositivo ou orientação institucional que a apoiasse ou orientasse a agir naquela situação ou de qualquer outra, de assédio, preconceito ou discriminação.

A formadora decide não responder de forma ostensiva e entende que deve construir uma solução em parceria com a instituição em que atua, tão logo esteja terminado o ciclo de trabalho em campo.

Depois de refletir e conversar com outras pessoas da equipe — um movimento inicial de busca por apoio e cuidado —, ela passou a se sentir mais confortável e segura para levar a situação à coordena-

ção e direção. O desconforto inicial de levar a situação à coordenação era o receio da não validação da situação como um assédio.

A formadora levou o caso à coordenação, que a recebeu e acolheu, além de marcar uma reunião com a direção para tratar do assunto. Na conversa com a direção, a formadora foi informada de que havia, na instituição, um grupo de trabalho que havia iniciado a elaboração de recomendações para acolhimento de casos de discriminação e assédio, mas que estava, naquele momento, paralisado.

Coordenação e direção redigiram uma recomendação, lida pela coordenação em uma reunião de trabalho com a Secretaria. O documento abordou de forma ampla e genérica situações que podem derivar de comportamentos não aceitos e indesejados no contexto das práticas profissionais, porém não mencionou o caso vivido pela formadora, tampouco trouxe apontamentos, reflexões ou encaminhamentos direcionados aos lugares das mulheres e homens nas relações profissionais e suas implicações em casos de assédio moral ou sexual.

Em outro território, a mesma profissional esteve em um contexto considerado muito vulnerabilizado, com altos índices de assédios e violências contra mulheres. A dinâmica cotidiana daquele território trazia potenciais situações que poderiam ser direcionadas a ela pelo simples fato de ser mulher e negra. As experiências interseccionais de raça e gênero tornam as pessoas negras mais vulneráveis a diversas formas de violência e discriminação, moldando suas necessidades de cuidado e bem-estar de maneira mais abrangente. Situações como essas reforçam a necessidade de um olhar para os contextos específicos de atuação, a fim de criar espaços de escuta e análise capazes de observar, avaliar e orientar as equipes sobre possíveis riscos.

De acordo com a [cartilha “Vamos falar sobre assédio sexual”](#) (Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo/Think Olga), o assédio sexual é uma manifestação sensual ou sexual, que não espera consentimento ou o ignora. Suas manifestações incluem abordagens grosseiras, ofensas e propostas que constrangem, humilham ou amedrontam e, por vezes, se disfarçam de “gentilezas”. São situações que não têm a ver com desejo sexual ou com paquera, mas, sim, com uma manifestação de poder, intimidação e desrespeito em relação à vontade e aos corpos femininos. O assédio sexual pode acontecer em espaços e contextos diversos, como em casa, no trabalho ou em espaços públicos, como as ruas, os meios de transporte, em festas e baladas (Instituto Patrícia Galvão, s.d.).

Não havendo protocolos institucionais e uma consideração explícita sobre o que caracteriza casos de assédio (ver mais informações no box ao final deste item), essa equação recai sobre as próprias vítimas, que precisam romper o silêncio e superar, eventualmente, o sentimento de constrangimento, o receio da incompreensão para expor o caso e procurar soluções. Geralmente, as mulheres precisam elaborar sozinhas as experiências de assédio e violência (ou, na melhor das hipóteses, amparadas por uma rede pessoal), o que torna a construção de encaminhamentos muito mais penosa.

A situação em questão ilustra de forma muito vívida a vulnerabilidade específica de mulheres negras em campo. A dimensão interseccional (raça e gênero) das situações de assédio e violência a que são submetidas mulheres negras precisa ser compreendida institucionalmente, sob pena das respostas de acolhimento e proteção construídas falharem, por serem vagas ou genéricas demais.

Observamos, no encaminhamento dado ao caso, que não houve uma compreensão mais ampliada sobre gênero e raça para dimensionar as complexidades, inclusive históricas, que envolvem o olhar para as populações indígenas e negras.

A coerção sexual era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escravizada. Sabemos, com Gonzalez (1983), que o direito sobre o corpo das escravizadas era uma expressão do direito de propriedade imposto pela escravidão. A objetificação das mulheres negras as desumaniza, como uma “licença para estuprar”, fazendo com que seus corpos fossem vistos como uma propriedade pública. Davis (2016) observa que, embora homens e mulheres sofressem opressão idêntica em relação ao trabalho escravo, as mulheres sofriam de forma diferente por serem vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos que só podiam ser impostos a elas. Essas raízes se manifestam na desumanização, na naturalização da desigualdade, na perpetuação de mitos raciais e em formas específicas de violência como o estupro institucionalizado, que estava intrinsecamente ligado ao direito de propriedade sobre os corpos negros femininos. A mulher negra sofre o racismo de forma tríplice: social, racial e sexual, e “os casos de violência para com a mulher e os negros ocorrem em consequência de um racismo e machismo desenfreados” (Gonzalez, 2020, p. 298).

Uma prática institucional de cuidado deve incidir sobre a atuação em campo: na análise dos contextos e territórios na promoção da proteção, da garantia de direitos e de respostas institucionais a partir do reconhecimento das experiências de ser negro, indígena ou mulher negra na sociedade. Deve, ainda, reconhecer essas dinâmicas interseccionais e possibilitar respostas coletivas e institucionais que combatam o racismo e o sexismo em todos os níveis.

É importante que as instituições observem os contextos específicos de cada território e criem espaços de escuta e acolhimento para se dialogar sobre as particularidades que emergem desses locais e sobre o perfil das mulheres que atuam neles. Pode-se criar, por exemplo, oportunidades de diálogo sobre como as mulheres são vistas socialmente, a objetificação e estereotipação do corpo feminino (especialmente o negro), a partir das quais podem emergir possíveis estratégias de cuidado, protocolos de proteção e um compromisso com a integridade física e mental das

profissionais. É necessário definir ferramentas, mecanismos, canais de diálogo e proteção acessíveis às mulheres em situações de assédios e/ou violências com orientações de como proceder, incluindo a possibilidade de se registrar um boletim de ocorrência.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, há dois tipos de assédio sexual no ambiente profissional: por chantagem e por intimidação. Desde 2001, o assédio sexual por chantagem é considerado crime segundo o art. 216-A do Código Penal, que prevê de 1 a 2 anos de prisão para quem “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício, emprego, cargo ou função”. Além de gestos e condutas abusivas e constrangedoras, por vezes dissimuladas em “gentilezas”, o comportamento do assediador pode incluir a tentativa de inferiorizar, amedrontar, menosprezar, difamar e ironizar, por meio de brincadeiras de mau gosto ou piadas, por exemplo. A [cartilha “Trabalho sem assédio”, do Ministério Público do Estado de São Paulo](#),⁹ descreve algumas dessas práticas, por exemplo, condutas físicas: tocar sensualmente, roçar no corpo da outra pessoa, acariciar, agarrar, beliscar, bloquear caminhos com o objetivo de fazer um avanço sexual etc.

Para configurar o crime de assédio sexual (nos termos do artigo 216-A do Código Penal), é exigida a hierarquia, uma relação de superioridade e subordinação entre assediador e vítima. Mas é importante saber que, além de chefes ou colegas de trabalho, também podem ser autores de assédio sexual os clientes da empresa/instituição ou prestadores de serviço. Além disso, a violação não precisa acontecer necessariamente no ambiente de trabalho – basta estar vinculada à relação trabalhista. É possível que aconteça, por exemplo, nos intervalos, locais de repouso e

9 Disponível em: dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/wp-content/uploads/sites/6/2019/07/MPSP-Trabalho-sem-assedio-todos-contra-o-ass%C3%A9dio-sexual-no-MPSP.pdf.

alimentação, antes do início ou após o término do turno, durante caronas ou transporte entre trabalho e residência, em viagens a trabalho, entre outras atividades sociais de natureza profissional.

Muitos comportamentos popularizados como assédio sexual em sentido amplo podem se enquadrar em outros crimes previstos no Código Penal: importunação sexual (art. 215), ato obsceno (art. 233), estupro (art. 213), além do próprio assédio sexual (art. 216-A). Para saber mais consulte a seção: Que leis e informações podem me ajudar?¹⁰ (Instituto Patricia Galvão, s.d.).¹¹

4.2. Intervenção e cuidado: recomendações para processos de acolhimento e encaminhamento de situações racistas e sexistas

No processo de pesquisa-ação nos territórios, trabalhando com o processo de letramento racial e de gênero, sabíamos desde o início que teríamos que cuidar para que as manifestações de racismo ou outras discriminações que ocorressem no âmbito da formação pudessem ser observadas, reconhecidas e problematizadas, quando possível, no interior deste coletivo; e que, para isso, teríamos que fazer um trabalho de escuta, compreensão, problematização e crítica. Essa compreensão motivou a inclusão desse ponto como destaque no Termo de Cooperação da pesquisa-ação utilizado na parceria com as Secretarias Municipais de Educação participantes.

¹⁰ Disponível em: dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/assedio-sexual/#que-leis-e-informacoes-podem-me-ajudar.

¹¹ dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/assedio-sexual/#que-leis-e-informacoes-podem-me-ajudar

Seremos responsáveis por cuidar-mo-nos uns(umas) aos(às) outros(as), aprendendo, observando e refletindo sobre preconceitos, eventuais práticas de racismo e discriminação de qualquer tipo, vividas entre nós. Atitudes, posturas ou expressões que denotem assédios (moral, sexual), discriminação, preconceitos e racismo serão sinalizados e objeto de reflexão individual e/ou coletiva. Praticaremos uma educação para os Direitos Humanos, responsabilizando-nos, diariamente, pela construção de espaços públicos democráticos. Com isso, buscaremos construir um espaço formativo de troca em um grupo multirracial, em que cada participante poderá praticar: a qualidade da presença e a intenção da fala; viabilizar abertura interna para além do “certo” e do “errado”; acolher o desconforto; e, cuidar de si e do grupo.¹²

Em um processo de letramento, as experiências que as pessoas brancas poderão evocar para se aproximar do que pode ser o racismo tendem, em grande parte das vezes, ser limitadas, reduzidas e, em alguns casos, a reproduzir seu próprio privilégio e racismo. O contexto de formação, pesquisa-ação, estudo, no entanto, favorece a escuta e a problematização destas tentativas de aproximação, apresentando-se necessariamente como oportunidade de ampliação e aprendizagem sobre como são racializadas as pessoas pretas, brancas e indígenas em nossa sociedade. Isso nos coloca diante da necessidade de sermos responsáveis por nos cuidar mutuamente, aprendendo, observando e refletindo sobre discriminações, preconceitos e práticas de racismo de qualquer tipo, vividas entre nós.

12 Termo de cooperação com pesquisa e municípios. Art. IV - DOS PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS PACTUADOS. Disponível em: docs.google.com/document/d/1vjwVEk8hPFEW_B-4JBY2ekd3q6qNtG6vaDnGn3AsqeA/edit?tab=t.0.

Isso significa dizer que, muitas vezes, falas que revelem preconceito, sejam de cunho racial, de gênero ou de qualquer outro tipo, precisarão ser “trazidas à consciência”, uma vez que grande parte das vezes são naturalizadas, como apontamos anteriormente. **Será preciso haver, então, um esforço coletivo, de enfrentar o desconforto e identificar, nomear, poder falar sobre essas concepções originadas em estruturas discriminatórias.**

Afirmamos a importância da construção de políticas institucionais de cuidado e de salvaguarda, mesmo sabendo que nada disso é simples, fácil ou imediato.

Além da consciência de que nos constituímos no mundo em relação a outras pessoas, necessitamos assumir responsabilidade ética ao longo de nosso trajeto histórico pelo mundo (Freire, 2016). O amor ao mundo é resultado de uma implicação responsável e amorosa na relação com as pessoas (Boff, 2013; 2014; Freire, 2016; 1996; 2018). As práticas do cuidado são o ato político que visa tornar este mundo mais justo e seguro para cada pessoa e para o coletivo.

A partir de nossas aprendizagens e reflexões, elaboramos um quadro de recomendações, com foco na segurança e no suporte às equipes em campo, observando-se sobretudo vulnerabilizações relacionadas às experiências de raça, gênero e territorial. Destacamos a importância de abordagens institucionais e coletivas para o desenho de práticas do cuidado em atenção às vulnerabilizações específicas enfrentadas por mulheres, em especial, mulheres indígenas e negras.

Acreditamos que esses processos, sistematizados no contexto da pesquisa-ação, podem inspirar conversas sobre os processos de salvaguarda institucionais em outros contextos.

Quadro de recomendações práticas de cuidados

Suporte institucional e ferramentas de resposta

- Oferecer suporte institucional jurídico em situações como práticas racistas, assédio moral e sexual, ofensas e discriminações.
- Garantir que as equipes tenham orientações objetivas sobre o que fazer imediatamente diante de qualquer tipo de situação de assédio, preconceito ou discriminação.
- Desenvolver respostas institucionais assertivas e avaliações de como atuar em situações racistas e sexistas.
- Assegurar um compromisso com a integridade física e mental das equipes.
- Criação de canais de acolhimento da queixa de racismo ou sexismo em reunião individual ou com pessoas que sejam referência ou indicadas pela vítima.
- Tipificar os casos, avaliar sua gravidade e, em diálogo, com a pessoa que sofreu o ato de racismo ou sexismo, construir caminhos de encaminhamentos.

Acolhimento, escuta e diálogo

- Instaurar movimentos de acolhimento, cuidado e reflexão, oferecendo um espaço coletivo de escuta e troca - de, com e para mulheres -, para que possam falar sobre as ocorrências.
- Facilitar a escuta sobre as situações de vulnerabilização e os contextos em que as mulheres estão inseridas.

- Criar canais de escuta das profissionais negras e indígenas da instituição.
- Observar e considerar os contextos e territórios específicos de atuação, reconhecendo as particularidades que emergem e que podem aumentar a vulnerabilização das mulheres.
- Problematizar manifestações de racismo ou sexismo que tenham ocorrido entre a equipe, chamando o grupo à reflexão e posicionando-se a partir da situação vivida, evidenciando-a como uma manifestação do racismo estrutural.
- Acolher a queixa de racismo ou sexismo em reunião individual ou com pessoas que sejam referência ou indicadas pela vítima. Nessa primeira escuta, avaliar a gravidade do fato e a possibilidade de construir com a pessoa que sofreu o ato de racismo ou sexismo o desdobramento e o encaminhamento.

Formas de reconhecimento: compreender contextos e vulnerabilizações

- Reconhecer que as equipes, majoritariamente compostas de mulheres, enfrentam vulnerabilizações específicas em campo, que variam de acordo com cor/raça, orientação sexual, ocupação, pertencimento territorial.
- Considerar a perspectiva de que o corpo negro pode ser visto como objetificado e, portanto, mais vulnerável a assédios.
- Integrar as especificidades dos territórios e as condições de vida das comunidades e das equipes nos processos de gestão operacional.
- Favorecer a auto-observação das equipes com relação à sua configuração étnico-racial e social e dinâmicas raciais.

Registro e continuidade

- Garantir a continuidade do diálogo de forma sistemática.
- Manter registros dos casos de racismo e sexismo ocorridos na instituição e realizar seu acompanhamento.

Orientação sobre procedimentos

- Dialogar coletivamente sobre como agir em situações específicas, como a necessidade ou não de fazer um boletim de ocorrência.

Formação continuada

- Promover processos formativos reflexivos contínuos às equipes. Abordar temas como ações de enfrentamento às violências raciais e de gênero. Realizar iniciativas de debates e oficinas.
- Dialogar coletivamente sobre ferramentas, mecanismos e canais de diálogo disponíveis em caso de ocorrências (como fazer um boletim de ocorrência).
- Estudar e difundir legislações e políticas públicas de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, população negra, indígena, LGBTIAPN+).
- Integrar a formação ao cotidiano profissional e às realidades dos territórios.

- Problematizar as manifestações de racismo ou sexismo em atividades de letramento racial e de gênero permanentes nas equipes, podendo incluir desde círculos de leitura ou de filmes ao estudo de textos históricos sobre a estruturação do racismo no Brasil.
- Promover conversas reflexivas a partir das quais se possa colocar em questão as dinâmicas do grupo, envolvendo as falas, os silêncios e seus diferentes significados. Estabelecer relações com a experiência vivida contribuindo para a tomada de consciência sobre as suas determinações histórico-sociais.
- Provocar a observação das relações entre as dinâmicas socioculturais dos territórios e as dimensões de raça e gênero. Promover reflexão e análise das situações do cotidiano vividas nos territórios para compreender como as particularidades das dinâmicas do racismo e do sexismo se dão naquele espaço e tempo.

Alinhar comunicação e fortalecer redes

- Garantir que a comunicação institucional reflita e fortaleça a política de salvaguarda.
- Promover campanhas informativas para as equipes e instituições parceiras.
- Estabelecer parcerias com outras instituições e organizações de mulheres (cis e trans) que atuam na defesa dos Direitos Humanos para fortalecer a rede de proteção.

Desenvolver e implementar uma política de salvaguarda institucional

- Criar e formalizar uma política institucional de salvaguarda com o objetivo de garantir cuidado, suporte e proteção às equipes.
- Designar uma equipe ou um grupo de trabalho (GT) - como um GT de Equidade - para se dedicar à construção da política institucional.
- Elaborar protocolos em contexto para as equipes em campo, levando em consideração as vulnerabilizações identificadas e com base nas informações coletadas.
- Integrar a política de salvaguarda à gestão administrativa, financeira e programática da instituição.
- Implementar um sistema contínuo de monitoramento e avaliação da política de salvaguarda para identificar pontos de melhoria e garantir sua eficácia.

Essas recomendações visam construir práticas institucionais de cuidado atentas às complexidades e vulnerabilizações enfrentadas pelas equipes em campo, buscando ir além de respostas pontuais e promover um ambiente de trabalho mais seguro e acolhedor.

Apontamos alguns caminhos para estudos futuros baseados nos desafios e lacunas identificadas nas situações e exercícios reflexivos citados neste texto:

- Pesquisar os desafios metodológicos e institucionais para a realização das práticas de cuidado em contexto de trabalho, bem como as condições para implementar cuidados institucionais;

- Estudar a eficácia das estratégias de intervenção e sustentabilidade das práticas de cuidado propostas para lidar com situações racistas e sexistas;
- Investigar como as instituições podem efetivamente criar diretrizes e protocolos de salvaguarda que considerem as vulnerabilizações interseccionais de raça, gênero e território;
- Analisar o impacto das práticas de cuidado baseadas em saberes ancestrais e comunitários na saúde mental e bem-estar das populações negras e indígenas;
- Investigar as diferentes formas de resposta (ou a falta dela) ao racismo e sexismo no ambiente profissional, assim como seus motivos;
- Realizar estudos comparativos sobre a percepção da relevância de temas como gênero, história das mulheres e sexualidade em diferentes grupos e contextos.



5. Considerações finais

A reflexão aqui apresentada alerta para o papel do cuidado na prática profissional e propõe cuidados a partir de aspectos metodológicos e estratégias formativas. Abordamos o cuidado não apenas como uma prática individual, mas como uma prática sistêmica social e um ato afetivo político, ancorado na resistência, na memória e na história de um povo. Nossa proposta articula a construção teórica e histórica do cuidado com situações reais do cotidiano profissional.

Por que isso importa? Importa porque a pesquisa e sua metodologia têm um compromisso com o enfrentamento ao racismo e às desigualdades de gênero. O cuidado opera como uma ferramenta analítica capaz de produzir respostas e reações às desigualdades, sendo uma abordagem crítica e sensível. É fundamental que instituições e equipes estejam atentas aos efeitos do racismo e do sexismo em suas relações e práticas profissionais e saibam como agir diante de casos de assédio ou comportamentos discriminatórios.

Essa experiência desenvolvida ao longo de quatro anos, envolvendo diferentes profissionais e contextos de atuação, impôs desafios concretos que nos ensinaram que o cuidado deve ir além de uma prática individual, sendo uma prática sistêmica, histórica social e política, cujas manifestações devem articular teoria e práxis, reflexão e ação.

Aprendemos que o cuidado é uma ferramenta poderosa de resistência, valorização de saberes e promoção de afeto e solidariedade. Compreender a intersecção entre cuidado, letramento racial e de gênero, e suas conexões com o cotidiano e a prática profissional contribui para problematizar falas, posturas e práticas racistas e sexistas no cotidiano de trabalho, além de permitir que se reconheça a influência do pensamento

social conservador na reprodução de estereótipos. Nesse sentido, é fundamental que o cuidado seja assumido a partir de um processo permanente de reflexão e crítica tanto em relação às próprias práticas, quanto nas relações entre as pessoas.

Com esses aprendizados, buscamos convidar leitores e leitoras a uma construção partilhada de estratégias metodológicas integradas ao cuidado e a uma visão sistêmica em consonância com uma Educação Integral Antirracista. Almejamos ainda construir caminhos possíveis para o desenvolvimento de uma metodologia do cuidado sensível às necessidades de mulheres negras, indígenas e suas populações, reconhecendo a interseccionalidade como uma ferramenta de análise capaz de auxiliar o reposicionamento do olhar sobre a história, valorizando as trajetórias de resistência e as contribuições de grupos historicamente marginalizados.

Esperamos que este material possa mobilizar conversas sobre processos de salvaguarda institucionais e inspirar a criação de espaços de cuidado, escuta e acolhimento para as equipes, contribuindo para mobilizar práticas coletivas e institucionais, que incorporem o uso de situações-exemplo como exercício permanente de reflexão e problematização. Acreditamos que a escuta e o diálogo são essenciais para assegurar avanços em direção a relações raciais e de gênero mais igualitárias e seguras, que assumam a centralidade do cuidado na construção de sociedades mais justas.

6. Referências bibliográficas

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Entrevista. **Margem Esquerda**, n. 27, p. 11-21, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 99-127, 2016. Disponível em: doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006. Acesso em: 11 abr. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAMÁZIO, Itamara Silva. Imagens e elementos simbólicos “africanos” nas comunidades negras rurais brasileiras contemporâneas: um olhar sobre o “quilombo dos Vicentes”. In: **Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438629873_ARQUIVO_artigoicnonografiatexto3.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

ESCOBAR, Herton. Estudo mapeia impactos da miscigenação no DNA e na saúde da população brasileira. **Jornal da USP**, São Paulo, 16 maio 2025. Disponível em: jornal.usp.br/ciencias/estudo-mapeia-impactos-da-miscigenacao-no-dna-e-na-saude-da-populacao-brasileira. Acesso em: 26 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da libertação**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1983.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Assédio sexual. **Dossiê Violência Sexual**, [s.d.]. Disponível em: dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/violencias/assedio-sexual. Acesso em: 30 abr. 2025.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Globo, 2007.

NUNES, Kelly *et al.* Admixture's impact on Brazilian population evolution and health. **Science**, Washington, v. 388, n. 6748, p. eadl3564, 15 maio 2025. Disponível em: science.org/doi/10.1126/science.adl3564. Acesso em: 26 maio.2025

PEREIRA, Bergman de Paula. Mulheres negras e trabalho doméstico: uma biografia de Laudelina de Campos Melo. **Portal Geledés**, 2024. Disponível em: geledes.org.br/mulheres-negras-e-trabalho-domestico-uma-biografia-de-laudelina-de-campos-melo. Acesso em: 16 jun. 2025.

PEREIRA, Bergman de Paula. **Trabalho, legislação social e racismo**: reflexões sobre o trabalho doméstico na São Paulo da Era Vargas (1930-1945). 2022. 218 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2022. Disponível em: biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=127004.

REGINALDO, Lucilene. Negro também é gente, sinhá. **Folha de S.Paulo**, Ilustríssima, 10 fev. 2019, p. 3. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/obra-infantil-de-monteiro-lobato-e-tao-racista-quanto-o-autor-afirma-autora.shtml. Acesso em: 15 abr. 2025.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afrolatino americano**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2020.

SANTOS, Jaqueline Lima; OLIVEIRA, Luciana Ribeiro de; PERILO, Marcelo. **Pesquisa percepções sobre o racismo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2024. Disponível em: percepcaosobreracismo.org.br ou projetoeta.org.br. Acesso em: 24 abr. 2025.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Minibiografia das autoras



Bergman de Paula Pereira

Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), bacharel e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desenvolve pesquisas sobre história do racismo, história das mulheres negras, história do Brasil, diáspora negra, gênero, mundo do trabalho e trabalho doméstico. Integrou a pesquisa-ação Territórios Educativos e Educação Integral em contexto de crise: caminhos para a transformação de redes e escolas brasileiras, entre os anos de 2022 e 2026.



Helena Freire Weffort

Historiadora formada pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e formadora de educadores. Realiza formações e assessorias com ênfase em práticas de gestão democrática e práticas curriculares da Educação Integral. Constrói percursos formativos centrados no estudo da própria prática, levando o grupo a se reconhecer e a sistematizar processualmente suas experiências. Coordena a pesquisa-ação: *Territórios Educativos e Educação Integral em contexto de crise: caminhos para a transformação de escolas e redes brasileiras*.

**Acesse os materiais da pesquisa-ação
pelos seguintes canais:**

cidadeescolaaprendiz.org.br/atuacao-sistematica



www.facebook.com/associacaocidadeescolaaprendiz



www.instagram.com/cidadeescolaaprendiz/



go.aprendiz.org.br/oxjLPD

Realização:

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

Apoio:

 **imaginable**
futures

